

- 5 DEZ 1993

Plan. Brasil

Especulações sobre o plano de estabilização

JOSÉ JULIO SENNA **JORNAL DO BRASIL**

A julgar pela notícias mais recentes, a equipe econômica tomou a decisão de partir para uma política de estabilização mais audaciosa do que a anteriormente concebida. Em essência, a nova estratégia envolve duas partes. A primeira seria o ajuste fiscal sobre o qual tanto se tem falado. A segunda começa pela criação de um novo indexador (UR) — supostamente de ampla aceitação pela sociedade — e culminaria com a reforma monetária, que consistiria na simples transformação desse indexador na nova moeda do país. A partir desse momento, o cruzeiro real deixaria de existir, mantendo a UR paridade fixa com relação à moeda norte-americana.

Fundamentalmente, a idéia de novo indexador baseia-se na tentativa de criar condições semelhantes às que existiam na Argentina, antes da adoção do Plano de Conversibilidade. Ao contrário do Brasil, naquele país a economia já se encontrava bastante dolarizada, servindo o dólar até mesmo de meio de pagamento, fator este que facilitou a adoção do referido plano. Entre nós, parece haver relutância (justificada, por sinal) em indexar contratos à moeda norte-americana, uma vez que essa opção poderia significar um caminho sem volta. A indexação a uma unidade de referência atrelada ao dólar teria efeitos práticos semelhantes aos da vinculação direta à moeda estrangeira, com a vantagem de permitir eventual arrendimento.

Partindo-se do pressuposto de que a inflação mensal em cruzeiros reais esteja constante, e igual ao ritmo da desvalorização cambial, é fácil concluir que, cotados em dólar, os preços encontram-se estáveis. Isto sendo verdade, no momento da reforma monetária a inflação mensal de 35% tornar-se-á nula na nova moeda. Curiosamente, determinado líder político, a quem o plano foi apresentado, qualificou-o de “ovo de Colombo”. Por certo, esse político está intrigado: Como não se pensou nisso antes? De repente, a inflação desaparece, como num passe de mágica!

Em realidade, dada a premissa mencionada no parágrafo anterior, a reforma monetária é realmente capaz de tornar nulo o ritmo de crescimento dos preços, expressos na nova moeda. Mas quais as demais condições? Será isso sempre verdade? Quais as chances de sucesso de tal plano?

Em primeiro lugar, como já foi sugerido, tem-se em mente o modelo argentino. Em função disso, convém lembrar que, em nossos vizinhos do Sul, a administração do presidente Menem assumiu emitindo sinais claros de que o *status quo* estava para mudar. De fato, não foi outra a mensagem transmitida quando da indicação, para ministro da Economia, de um representante do grupo Bunge y Born, tradicional adversário do partido peronista. Apesar do início tumultuado (Cavallo só assumiu mais tarde), a disposição para efetuar transformações econômicas profundas estava patente. Depois disso, em todos os momentos em que foi preciso, o presidente sustentou as decisões de mudança. No Brasil, como se sabe, o chefe do poder executivo ainda não emitiu sinais inequívocos, nessa direção.

Adicionalmente, é preciso lembrar as dificuldades que o governo terá para induzir a migração para o novo indexador. Após tanta discussão sobre redutores e indutores, vai levar certo tempo para as pessoas aprenderem a confiar na chamada UR. É muito provável que, no momento da reforma, a migração tenha sido apenas parcial, e isso certamente trará complicações adicionais.

Ainda na linha das dificuldades, cabe lembrar que, após qualquer reforma monetária, a paridade fixa entre a nova moeda e o dólar tende a ser mais facilmente mantida quando é elevada a proporção de produtos comercializáveis internacionalmente — a gasolina seria um bom exemplo, pois é derivada do óleo importado. No Brasil, porém, essa condição não existe, pois somos um país muito fechado, em matéria de

comércio internacional. Assim, entre nós, a simples fixação da taxa de câmbio tem efeitos diretos muito limitados, uma vez que é grande o número de mercadorias e serviços cujos preços nada têm a ver com o dólar.

Outra questão diz respeito a como se fará a conversão de certos preços para a nova moeda, como os salários e os aluguéis. De um lado, o governo insiste em dizer que tudo será feito de maneira voluntária, ou seja, nada será imposto. A pergunta relevante parece ser: irão as pessoas aceitar a conversão dos salários e dos aluguéis pela média, e não pelo pico? Não havendo essa aceitação, será difícil sustentar as pressões inflacionárias.

Por fim, o ponto mais relevante: só existe possibilidade de sucesso, para qualquer plano de estabilização, quando se elimina, definitivamente, o excesso de demanda global, representado pelo déficit público. A esse respeito, é importante notar que não basta afirmar que o desequilíbrio fiscal desapareceu. É fundamental que toda a sociedade perceba, efetivamente, que isso aconteceu, o que requer o estabelecimento de regras claras, capazes de assegurar o equilíbrio das contas públicas de maneira absolutamente impessoal. A população

precisa estar convencida de que o regime fiscal realmente mudou. Além disso, é conveniente que fatos concretos acompanhem esse tipo de mudança, tais como decisões de privatizar empresas de vulto, de fechar bancos estaduais que não se comportem adequadamente, de reduzir o funcionalismo público, de tornar independente o Banco Central, etc. Cogita-se, no momento, de algo dessa natureza? Se a resposta é negativa, podemos perder as esperanças, ou seja, realizada a reforma monetária, a inflação não terá desaparecido em caráter permanente.

**Não basta
afirmar que
acabou o
déficit. É
preciso que a
sociedade
colabore.**